



Dinâmica do Comportamento da Boa Governança e do Desenvolvimento Humano dos Países

Autoria

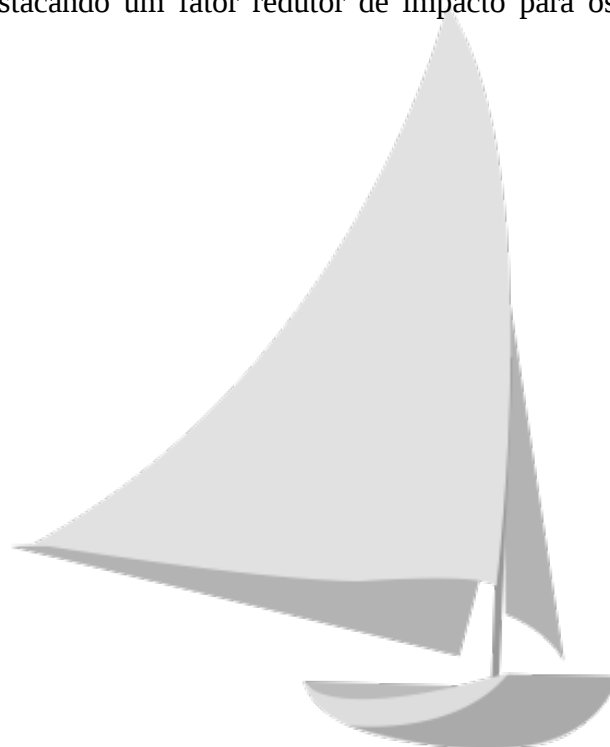
Heloisa Benevides Pontes Aragão - heloisa.aragao@gmail.com
Governança/Secretaria Municipal das Finanças

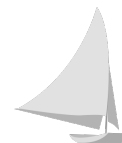
Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte - sergioforte@unifor.br
Prog de Pós-Grad em Admin de Empresas - PPGA/UNIFOR - Universidade de Fortaleza

Cláudio André Gondim Nogueira - claudioandre@unifor.br

Resumo

Indicadores de desempenho são ferramentas utilizadas para medição e controle de resultados. Dentre esses indicadores, no olhar da gestão pública, destacam-se nesta pesquisa o Índice de Desenvolvimento Humano [IDH], como medida usada para classificar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos países, e os Indicadores de Governança Mundial [WGI], que medem os níveis de governança. O objetivo desta pesquisa é avaliar o impacto da governança no desenvolvimento humano para um grupo de 182 países no período de 2000 a 2015, por meio da construção de um novo indicador de governança dos países, empregando a técnica de análise fatorial, juntamente com análise de regressão com dados em painel com efeitos fixos de tempo e espaço. As análises empregadas permitem a criação de um indicador de governança e estima como positiva e significativa a relação causal entre governança e desenvolvimento humano, destacando um fator redutor de impacto para os países considerados desenvolvidos.





Dinâmica do Comportamento da Boa Governança e do Desenvolvimento Humano dos

Países

Resumo

Indicadores de desempenho são ferramentas utilizadas para medição e controle de resultados. Dentre esses indicadores, no olhar da gestão pública, destacam-se nesta pesquisa o Índice de Desenvolvimento Humano [IDH], como medida usada para classificar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos países, e os Indicadores de Governança Mundial [WGI], que medem os níveis de governança. O objetivo desta pesquisa é avaliar o impacto da governança no desenvolvimento humano para um grupo de 182 países no período de 2000 a 2015, por meio da construção de um novo indicador de governança dos países, empregando a técnica de análise fatorial, juntamente com análise de regressão com dados em painel com efeitos fixos de tempo e espaço. As análises empregadas permitem a criação de um indicador de governança e estima como positiva e significativa a relação causal entre governança e desenvolvimento humano, destacando um fator redutor de impacto para os países considerados desenvolvidos.

Palavras-chave: Governança. Indicador de governança. Desenvolvimento humano. Desempenho. Análise em painel.

1 Introdução

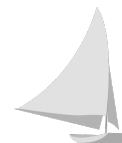
O Relatório sobre Desenvolvimento Humano publicado em 2016 pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento [PNUD] aponta um considerável progresso no que se refere ao desenvolvimento humano dos países nos últimos 25 anos. As pessoas estão vivendo mais tempo, mais crianças frequentam escolas e uma quantidade maior de pessoas tem acesso aos serviços de bem-estar social. Este progresso, entretanto, não foi uniforme. Alguns países conseguiram somente o básico do desenvolvimento humano, outros nem isso (PNUD, 2016).

De acordo com o relatório Perspectivas Econômicas Globais 2018 publicado pelo Banco Mundial, a economia global está experimentando um crescimento após um período de crise financeira global. Embora o crescimento em curto prazo possa surpreender, a perspectiva global ainda está sujeita a riscos substanciais, incluindo a possibilidade de crises financeiras, aumento do protecionismo, e crescentes tensões geopolíticas. A fim de minimizar estes riscos e amenizar suas consequências, deve-se focar em políticas estruturais para impulsionar o potencial crescimento e o padrão de vida das pessoas (Banco Mundial, 2018).

O ritmo acelerado de desenvolvimento em qualquer região requer a implantação de mecanismos de governança a fim de reforçar a necessidade de elaboração de políticas e leis que sustentem as mudanças estruturais (Wohlmuth, 1998). Nos estudos de Kaufmann, Kraay e Zoido (1999) foram identificadas evidências empíricas de uma forte relação causal entre uma melhor governança gerando melhores resultados de desenvolvimento, impulsionando o crescimento e reforçando as atividades econômicas e o bem-estar social.

O estudo de Ukwandu e Jarbandhan (2016) define a boa governança como motor essencial para facilitar o desenvolvimento de uma nação e destaca a necessidade da governança para que nações, como as Subsaarianas, possam ascender do estágio de subdesenvolvimento e combater a pobreza, a exemplo de país da América do Sul.

Estudo desenvolvido por Nandha e Smyth (2013) sobre qualidade da governança e desenvolvimento humano aponta como resultado que eles se reforçam, muito embora a magnitude do impacto da qualidade da governança no desenvolvimento humano tem diminuído ao longo do tempo. Este estudo traz ao debate a questão da causalidade reversa e evidencia a questão da causa e efeito entre desenvolvimento humano e governança.



Ponderando sobre a falta de variáveis que abordem os aspectos de governança no cálculo do IDH, Gamlath (2013) elaborou estudo com o objetivo de incorporar a variável governança como uma nova dimensão na medição do IDH, gerando assim um indicador mais abrangente. O estudo reforça o alto grau de relacionamento entre a governança e o desenvolvimento humano e frisa que a boa governança é chave na busca do bem-estar social.

A tendência de crescimento econômico do mercado mundial traz riscos, como o progresso desigual no desenvolvimento humano. Diante da necessidade de mudanças estruturais e da aplicação da governança para o desenvolvimento socioeconômico, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: A governança pública influencia no desenvolvimento humano dos países? Neste intuito o objetivo desta pesquisa é avaliar o impacto global da governança sobre o desenvolvimento humano com base em uma amostra para 182 países, por meio da análise de indicadores de governança mundial e socioeconômicos, nos períodos de 2000, 2005, 2010 e 2015. Como objetivos específicos destacam-se:

1. Elaborar um indicador de governança dos países, que condense as seis dimensões do indicador de governança mundial;
2. Identificar o impacto do indicador sintético de governança no desenvolvimento humano dos países.

Existem poucas evidências empíricas sobre a relação entre governança e desenvolvimento e tais evidências cobrem alguns países específicos (Nandha & Smyth, 2013). Novas pesquisas devem explorar a relação entre as intervenções de governança e seus resultados no mundo real, evitando a adoção de uma perspectiva estática, que meramente descreve o fenômeno e identifica a presença ou falha de instrumentos de governança (Jordan, 2008). Neste sentido, esta pesquisa se propõe a colaborar com novas evidências sobre o efetivo impacto da governança para o desenvolvimento humano da sociedade.

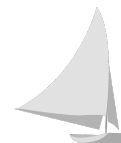
Metodologicamente, este estudo colabora aplicando a junção de técnicas como a análise fatorial e regressão de dados em painel com efeitos fixos de tempo e espaço, enriquecendo a análise empírica do tema. Esta pesquisa também tem o intuito de contribuir no debate sobre a governança global destacando aspectos relacionados à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organizações das Nações Unidas [ONU], sobre a democracia e erradicação da pobreza, considerada o maior desafio global e um requisito indispensável para o real desenvolvimento sustentável.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Governança pública

O ritmo acelerado de desenvolvimento em qualquer região requer uma renovação no sistema de administração pública, necessário para gerenciar o desenvolvimento, estimulando e melhorando a elaboração de políticas e leis que sustentem mudanças estruturais e representem a sociedade civil. Neste sentido, a governança pública se destaca como instrumento capaz apoiar o gerenciamento dos recursos disponíveis do Estado a fim de suportar o seu desenvolvimento, distribuindo seus resultados, disponibilizando os serviços públicos, melhorando a competitividade internacional e integrando aspectos econômicos, sociais e políticos (Wohlmuth, 1998). Visando o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, precisa-se estabelecer estruturas e práticas de governança que possam promover, orientar e coordenar o trabalho de uma série de atores e suas interconexões, com olhar sensível aos diferentes contextos e realidades (Kemp, Parto, & Gibson, 2005).

A governança pública pode ser entendida como a consequência de como o governo, a sociedade civil e o setor privado trabalham juntos (Cheema & Maguire, 2001; Ukwandu & Jarbandhan, 2016). Segundo Amhad (2005), o termo governança é definido como as tradições



e instituições na qual a autoridade é exercida em um país. Isso inclui os processos pelos quais os governos são selecionados, monitorados, controlados e substituídos, além da habilidade do governo de elaborar e implementar políticas eficientemente e do respeito ao cidadão e ao estado de direito. Complementando o conceito, Work (2002) assume que a governança é amplamente definida como o sistema de valores, políticas e instituições pelas quais uma sociedade organiza suas decisões coletivas e suas ações relacionadas a assuntos políticos, econômicos, socioculturais e ambientais por meio da interação do Estado, da sociedade civil e do setor privado. Para Ukwandu e Jarbandhan (2016), a governança se refere à administração do Estado, com o uso eficiente dos recursos e poder do Estado. A governança envolve processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e os grupos articulam seus interesses, intermediam suas diferenças e exercem seus direitos e obrigações legais (Work, 2002).

O Banco Mundial (2017) conceitua governança como o processo por meio do qual atores estatais e não estatais interagem para conceber e implementar políticas públicas no âmbito de um dado conjunto de regras informais que moldam e são moldadas pelo poder. Já o Fundo Monetário Internacional (2017) amplia o conceito abrangendo todos os aspectos de como um país é governado, incluindo suas políticas econômicas, seu quadro regulatório e adesão ao Estado de Direito. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE] entende que é fundamental que haja espaço para discussão sobre governança para que haja avanço no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (OCDE, 2017).

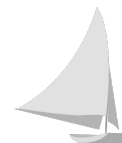
Acadêmicos, profissionais, estados e organizações internacionais reconhecem universalmente a importância de boas práticas de governança para aliviar a pobreza crônica e a injustiça (Work, 2002). Entretanto, a governança pode ou não levar ao desenvolvimento humano, tudo depende da qualidade da governança exercida em cada nação (Cheema & Maguire, 2001). Em nível nacional, a boa governança relaciona-se ao ato de governar de uma forma justa, equitativa e responsável, resolvendo conflitos de interesse e com foco no bem coletivo, principalmente nos setores mais vulneráveis da sociedade (Howe, 2012). Os princípios fundamentais da boa governança incluem o respeito pelos direitos humanos, a abertura política, a participação, a tolerância, a capacidade administrativa e burocrática e a eficiência (Work, 2002).

No estudo desenvolvido por Nwosu (2017) sobre a governança e o desenvolvimento sustentável na Nigéria, identificou-se que a falta de participação ativa da sociedade nas políticas públicas, a instabilidade do governo e a falta de transparência impactam fortemente nos resultados econômicos, sociais e ambientais. Ainda em estudos no continente Africano, Ibrahim (2007) aponta que na falta de governança os recursos não são efetivamente administrados, leis e regulamentações não são aplicadas, os cidadãos não são representados, a democracia não é exercida, o mercado não é regulado e não há atrativos para investimentos.

Agentes externos como a ONU, a OCDE, a União Européia [UE], dentre outros, apresentam um importante papel na transição e consolidação da governança, trabalhando na disseminação, no apoio e na adoção de uma série de ações que colaboram no crescimento da governança (Cheema & Maguire, 2001).

2.2 Indicadores de governança mundial

O crescente interesse dos acadêmicos e dos legisladores no tema governança refletiu diretamente na proliferação de índices entre países que medem vários aspectos da governança (Kaufmann, Kraay, & Zoido, 1999). À medida que eles se concentram mais na questão do impacto da governança no desenvolvimento econômico, identificou-se a necessidade de medidas de qualidade da governança para estabelecer políticas ou realizar análises. Assim, foram criadas várias medidas da qualidade da governança e entre essas estão os WGIs, que



classificam os países em seis aspectos da "boa governança" (Thomas, 2010). Esses indicadores são publicados anualmente pelo Instituto do Banco Mundial e passam a ser o mais compreensível conjunto de indicadores de governança publicamente disponíveis. Esses indicadores são amplamente citados e utilizados nos meios de comunicação social, na academia e entre organizações internacionais (Arndt & Oman, 2006). Esses indicadores agregados combinam as visões de um grande número de empresários, cidadãos e especialistas em países industrializados e em desenvolvimento (Banco Mundial, 2017).

Seguindo a máxima que só se pode gerenciar o que se pode medir, os investidores, os analistas, as organizações internacionais e os bancos de desenvolvimento passaram a adotar amplamente indicadores quantitativos da qualidade da governança para a tomada de decisão (Arndt & Oman, 2006).

O indicador perfeito de governança, sem dúvida, nunca existirá. Ainda assim, a produção de indicadores de governança mais transparentes atenderá melhor às necessidades dos que procuram melhorar a qualidade da governança local (Arndt & Oman, 2006).

Estudos como os de Ottervik (2011), Fayissa e Nsiah (2013), Ahmad e Saleem (2014) e Emara e Chiu (2016) utilizam os WGIS, relacionando-os com indicadores socioeconômicos e identificando o grau de impacto de um sobre o outro, entretanto mostram-se mais limitados quanto ao período analisado e quanto à abrangência de países que o presente trabalho.

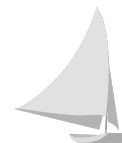
2.3 Desenvolvimento humano

Dois conceitos essenciais devem ser considerados ao se analisar o progresso de um país: desenvolvimento e crescimento econômico (Gamlath, 2013). Segundo Sen (1988), o crescimento econômico de um país, representado pelo incremento do Produto Nacional Bruto [PNB] e da renda, não deveria ser a única variável a ser considerada para representar o seu desenvolvimento, destacando a existência de outras variáveis que também influenciam a condição de vida e não podem ser ignoradas, ampliando assim o conceito de desenvolvimento e capturando aspectos humanos.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2016 o ser humano é o centro da atenção do desenvolvimento humano, e ele é reconhecido como a maior riqueza de um país. Este conceito consiste em três elementos principais: o desenvolvimento das pessoas, com a participação plena e crescente da sociedade; o desenvolvimento para as pessoas, com a sociedade recebendo os benefícios decorrentes do crescimento econômico; e o desenvolvimento pelas pessoas, o que significa que todos os membros da sociedade devem ter a oportunidade de participar deste processo (PNUD, 2016). Para que isso aconteça, o poder político, econômico e social deve estar amplamente disperso em toda a comunidade, onde as pessoas possam influenciar e serem impactadas por suas contribuições (Blunt, 1995).

O desenvolvimento humano é, em sua essência, uma expansão das escolhas das pessoas e suas crescentes participações nas decisões que afetam suas vidas (Cheema & Maguire, 2001). Os principais desafios do desenvolvimento humano sustentável incluem eliminação da pobreza, criação de emprego, proteção ambiental, integração social, gestão econômica, reforma agrária e controle populacional. Esses desafios só podem ser superados com boa governança e gestão do setor público. Não há uma fórmula ou caminho perfeito para combater esses desafios, visto que países e culturas naturalmente variam nestes aspectos (Blunt, 1995). Países encaram de forma diferente os desafios de governança e desenvolvimento humano por terem diferentes prioridades (PNUD, 2016).

O desenvolvimento humano é representado pelo IDH, que fornece uma medida do desenvolvimento social e econômico de um país por meio da captura de níveis de educação, saúde e renda de sua população (Nandha & Smyth, 2013).



2.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH é uma medida importante, concebida pela ONU, que mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. Representa uma média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país. Surgiu com o objetivo oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto [PIB] *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, ampliando a perspectiva sobre o desenvolvimento humano (PNUD, 2017). Amplamente utilizado, este índice ajuda os países, as organizações e a sociedade a compreenderem o estágio de desenvolvimento de cada um dos países (Ukwandu & Jarbandhan, 2016) e é reconhecido como um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (PNUD, 2017).

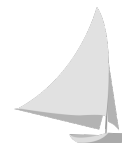
O IDH foi criado para enfatizar que as pessoas devem ser o principal critério para avaliar o desenvolvimento de um país, e não somente os resultados econômicos. Ele pode ser usado para questionar as escolhas políticas nacionais e comparar nações, mesmo que apresentem resultados econômicos similares, estimulando assim debates sobre prioridades das políticas governamentais (PNUD, 2018). Este indicador tem sido fundamental para ampliar a discussão do desenvolvimento econômico para além do progresso monetário, em particular, ao classificar um país contra outros países em termos de bem-estar de sua população (Rende & Donduran, 2013; Yakut, Gunduz, & Demirci, 2015).

O IDH pode ser usado para questionar as escolhas políticas nacionais, estimulando assim debates sobre prioridades das políticas governamentais (PNUD, 2018). Ao classificar um país contra outros países em termos de bem-estar de sua população, este indicador também permite discussão do desenvolvimento econômico para além do progresso monetário (Rende & Donduran, 2013; Yakut, Gunduz, & Demirci, 2015).

3 Metodologia

Este estudo se caracteriza como descritivo, documental e quantitativo, e faz uso dos indicadores WGI e do IDH. Os indicadores WGI são classificados em seis dimensões: voz e responsabilização, estabilidade política, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção. Entende-se que os indicadores WGI não sofrem mudanças significativas no curto prazo, por isso, optou-se para esta análise uma visão mais abrangente, em um período de quinze anos, com uma periodicidade de cinco anos, avaliando os anos 2000, 2005, 2010 e 2015, e considerando somente os países com dados disponíveis.

Inicialmente, com a finalidade de verificar a existência de relação entre as variáveis do modelo, realiza-se a análise de correlação entre o IDH e as variáveis explicativas (seis dimensões do WGI) para todos os anos da amostra, por meio da estimação de coeficientes lineares de *Pearson*. Visando a eliminação do problema de multicolinearidade, devido à alta correlação existente entre as variáveis, se faz necessária a criação de um novo Indicador de Governança dos Países [IGP] representando as seis dimensões da WGI, utilizando-se da abordagem estatística de análise fatorial por meio da técnica dos componentes principais. Analisando a adequabilidade dos dados ao método proposto, os testes de esfericidade de *Bartlett* e critério *Kaiser-Meyer-Olino* [KMO] devem ser executados com a finalidade de assegurar que as correlações entre as variáveis sejam significativas e elevadas (Bezerra, 2007; Hair *et al.*, 2009; Julião & Lima, 2016). Como os escores fatoriais são variáveis padronizadas, apresentando valores positivos e negativos, aplica-se a transformação da variável IGP, obtendo-se assim uma variável transformada IGP* limitada entre os valores de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais elevado o padrão de governança (Julião & Lima, 2016).



A fim de validar a hipótese de que o novo indicador de governança dos países IGP* interfere no desenvolvimento humano, impactando assim a variável socioeconômica IDH selecionada, identifica-se a possibilidade de execução do modelo de regressão de dados em painel com efeitos fixos, conforme indicado no resultado do teste de *Hausman* (Loureiro & Costa, 2009; Nogueira, 2017), segundo modelo proposto na equação (1):

$$IDH_{it} = \alpha + \beta_1.IGP_{it}^* + \beta_2.OCDE_{it}.IGP_{it}^* + \beta_3.IDH_{it-1} + \delta_i + \gamma_t + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

O uso do modelo econométrico com dados em painel controla a heterogeneidade presente dos indivíduos e os efeitos das variáveis não observadas, além de permitir o uso de muitas observações (Duarte, Lamounier, & Tamakatsu, 2007; Loureiro & Costa, 2009). O modelo proposto apresenta duas variáveis de controle, sendo o indicador socioeconômico defasado em um período (IDH_{it-1}) e uma variável qualitativa dicotômica identificando os países membros da OCDE ($OCDE_{it}$) que interage com o IGP*. O indicador socioeconômico defasado em um período representa uma variável com boa capacidade preditiva, visto sua regularidade, evitando o problema de endogeneidade (Hausman, 1978). O uso da mesma variável em período defasado simplifica o modelo proposto, visto que as características de seu passado contribuem como controle, colaborando com o princípio da parcimônia. A inclusão de uma variável qualitativa dicotômica referente aos países membros do OCDE justifica-se pelas nações mais desenvolvidas apresentarem elevados índices de governança, e seus membros serem fortemente regidos e monitorados.

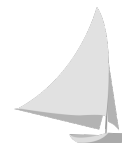
Por fim, investiga-se a validação do modelo de regressão proposto, testando-se prioritariamente a hipótese de que β_1 seja estatisticamente significativa e positivo. Se isto se verificar, portanto, haverá fortes indícios de que a governança (em geral, i.e., sem detalhar o papel individual de cada componente) de fato pode influenciar o nível de desenvolvimento humano dos países e, portanto, que a aprimorar ao longo do tempo deve fazer parte de uma bem-sucedida política de desenvolvimento.

4 Resultados e Discussão

Com o propósito de avaliar o impacto da governança sobre o desenvolvimento humano nos 182 países desta pesquisa, se faz necessária a realização de análise das variáveis envolvidas. A correlação entre o IDH e as variáveis do WGI em todos os anos considerados apresentam-se positivas e significantes. Neste sentido, considera-se uma boa opção a estimação de uma regressão com dados em painel considerando todas as variáveis do WGI. Entretanto, as correlações entre as variáveis do WGI também se apresentam positivas, significantes e elevadas, ocasionando o problema da multicolineariedade das variáveis explicativas no modelo, o que distorce os resultados dos testes de significância dos parâmetros da regressão. Nesta circunstância, se fez uso da abordagem estatística de análise fatorial por meio da técnica dos componentes principais para geração de um novo indicador de governança dos países.

A adequabilidade dos dados ao método de análise fatorial foi realizada por meio do teste de esfericidade de *Bartlett* e critério KMO. O teste de *Bartlett* rejeitou a hipótese nula de que a matriz de correlação é uma matriz identidade, apresentando um nível de significância de 1%, confirmando a possibilidade de uso da abordagem estatística análise fatorial por meio da técnica de componentes principais. Os valores obtidos do critério KMO são maiores que 0,800, confirmando a consistência dos dados (Bezerra, 2007).

Em seguida, busca-se o número de fatores para análise dos dados, identificando que somente um componente possui autovalor acima de 1, e o percentual de variância para este mesmo componente apresenta índices de representatividade significativos, acima de 70%. Foi



necessário, então, a transformação do novo índice de governança, IGP para IGP*, com valores variando de 0 a 1, possibilitando que os valores para o IGP* para os 182 países nos anos 2000, 2005, 2010 e 2015 sejam gerados.

Finalmente, com a disponibilidade de IGP* para cada um dos países deste estudo e os resultados apresentados pelo teste de *Hausman*, estimou-se o modelo de regressão de dados em painel com efeitos fixos proposto na equação (1). O modelo proposto apresenta-se robusto e adequado, conforme descrito na Tabela 1, com coeficientes consistentes e significantes ao nível de 1%, apresentando coeficiente de determinação R^2 de 0,996757 e estatística F de 559,5477, confirmando a escolha do modelo para explicar as diferenças no comportamento do IDH no período de 2000 a 2015 para os países da amostra.

Tabela 1

Resultado das estimações realizadas para painel com efeitos fixos para 2000, 2005, 2010 e 2015

$$IDH_{it} = \alpha + \beta_1 \cdot IGP_{it}^* + \beta_2 \cdot OCDE_{it} \cdot IGP_{it}^* + \beta_3 \cdot IDH_{it-1} + \delta_i + \gamma_t + \varepsilon_{it}$$

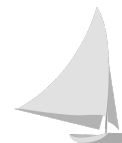
Variáveis	Coefficiente [t-Statistic]	Sig.
C	0.330307 [4.062917]	0.0001
IGP*	0.119582 [6.283279]	0.0000
OCDE.IGP*	-0.014110 [-5.502734]	0.0000
IDH(-1)	0.442328 [3.623370]	0.0003
R^2	0.996757	
F-statistic	559.5477	
N	520	

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Ao testar a hipótese de que β_1 é estatisticamente significativa e positivo, obteve-se o coeficiente de 0,1196 estatisticamente significativo ao nível de 1%, confirmando que a governança (em seu sentido amplo, devido à criação da variável composta com origem em seis dimensões distintas) de fato influencia o nível de desenvolvimento humano dos países. Neste sentido, ações dedicadas à ampliação de práticas de governança impacta positivamente nos resultados econômicos e sociais, representados pelo IDH, de um país. Esta relação positiva também foi apontada em pesquisas, como por exemplo: Kaufmann, Kraay e Zoido (1999), Cheema e Maguire (2001), Ottervik (2011), Ahmad e Saleem (2014), Ukwandu e Jarbandhan (2016).

No que se refere à variável OCDE.IGP*, há três pontos que merecem destaque:

1. De acordo com Erkkilä e Piironen (2014), a OCDE reforça a importância da governança dos países membros, fornecendo explicitamente informações necessárias para um efetivo monitoramento de seus desempenhos. Neste sentido, esses países considerados economicamente desenvolvidos e com elevado índice de desenvolvimento humano já implementam os conceitos da boa governança ao realizar políticas públicas, e como consequência apresentam indicadores de governança mundial elevados se comparados aos demais países da amostra.
2. Sendo o coeficiente estatisticamente diferente de zero, identifica-se que há uma diferença no coeficiente de IGP* para países que fazem parte ou não da OCDE.
3. Constata-se no valor do coeficiente de -0,0141 que há uma relação inversa e com nível de 1% de significância. Infere-se, então, que o modelo propõe uma análise conjunta das variáveis IGP* e OCDE*IGP*, ou seja, esta variável de controle deve ser analisada juntamente com a variável IGP*. O sinal negativo do coeficiente significa que para os países membros da OCDE, existe um redutor no valor de 0,0141 na relação positiva existente entre a governança e o IDH. Exemplificando, para cada 1% de acréscimo no IGP* haverá um acréscimo de 0,1196% no IDH para os países que não pertencem a OCDE e um acréscimo de 0,1055% no IDH para os países membros da OCDE.



Os países membros da OCDE apresentam como característica um elevado IDH próximo ao limite superior (um). Neste sentido, incrementos no indicador de governança tendem a proporcionar menores retornos em termos de aumento do IDH em comparação com países relativamente menos desenvolvidos.

A terceira variável empregada no modelo, IDH(-1), apresenta coeficiente de 0,4423, sendo este positivo e estatisticamente significativo ao nível de 1%, indicando assim que os países que eram mais desenvolvidos há cinco anos tendem a permanecer com esta característica no futuro, ou seja, há uma certa inércia no processo de desenvolvimento.

Considerando uma amostra de 420 observações, esta pesquisa propôs um modelo utilizando-se de controles na regressão e com suas dimensões de tempo (quinze anos) e espaço (182 países) mais abrangente frente aos outros estudos identificados. Como fator limitante deste trabalho, não foi possível avaliar o impacto individual dos indicadores do WGI sobre o IDH, visto que foi utilizado um novo índice, representando as seis dimensões dos indicadores do WGI.

5 Conclusão

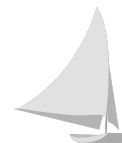
Esta pesquisa foi desenvolvida com o propósito de avaliar o impacto da governança no desenvolvimento humano para um grupo de 182 países no período de 2000 a 2015, por meio da construção de um novo indicador de governança dos países em conjunto com análise de regressão com dados em painel com efeitos fixos de tempo e espaço. Foi possível, então, elaborar um indicador sintético de governança condensando as seis dimensões dos indicadores de governança mundial para os anos 2000, 2005, 2010 e 2015. Aplicando o indicador de governança ao modelo proposto, pode-se inferir por meio dos resultados estimados que a governança tem um impacto positivo e significativo no desenvolvimento humano dos países.

Frente à bibliografia identificada, este estudo faz uso de controles na regressão e destaca-se por suas dimensões de tempo e espaço. Os resultados sugerem que a aplicação ou a falta de governança interfere no desenvolvimento humano dos países, podendo esse impacto ser maior ou menor em países com nível de desenvolvimento diferentes. Foi identificado que o impacto da governança apresenta-se maior nos países em desenvolvimento se comparado a países já desenvolvidos. Em termos de política pública, este resultado demonstra que a inclusão da governança na agenda dos países difere de acordo com o estágio de desenvolvimento que cada um apresenta, sendo necessário identificar a especificidade de cada um. Por fim, conclui-se que esforços devem ser concentrados em aspectos da governança para a melhoria do bem-estar da população.

Como sugestão para trabalhos futuros, sugere-se a aplicação do IGP* em novos estudos envolvendo a aferição do desenvolvimento sustentável entre os países. Neste sentido, expande-se a relação da governança a uma visão mais abrangente de desenvolvimento sustentável (Kemp, Parto, & Gibson, 2005). Uma alternativa, seria a aplicação do modelo proposto para um subgrupo de países incluindo outras variáveis de controle, havendo assim a possibilidade de dar continuidade no estudo da relação existente entre a governança e o desenvolvimento dos países.

Referências

- Ahmad, Z., & Saleem, A. (2014). Impact of Governance on Human Development. *Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences*, 8(3), 612-628.
- Arndt, C., & Oman, C. (2006). *Uses and Abuses of Governance Indicators*. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) Publishing.



- Banco Mundial. (2017). *Relatório de Desenvolvimento Mundial. Governança e a Lei*. Folheto da Visão Geral. Washington D.C.
- Banco Mundial. (2017). *The Worldwide Governance Indicator*. Recuperado em 25 outubro, 2017, de <http://info.worldbank.org/governance/wgi/#home>
- Banco Mundial. (2018). *Global Economics Prospects. Broad-Based Upturn, but for How Long?* Washington D.C.: Advance.
- Bezerra, F. A. (2007). Análise fatorial. In Corrar, L. J., Paulo, E., & Dias Filho, J. M. *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas.
- Blunt, P. (1995). Cultural relativism, 'good' governance and sustainable human development. *Public Administration and Development*, 15, 1-9.
- Cheema, G., & Maguire, L. (2001). Governance for Human Development: the role of external partners. *Public Administration and Development*, 21, 201-209.
- Duarte, P., Lamounier, W., & Takamatsu, R. (2007). Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças. *Anais do Congresso USP de iniciação científica em contabilidade*, São Paulo, Brasil.
- Emara, N., & Chiu, I. (2016). The impact of Governance on Economic Growth: The Case of the Middle Eastern and North African Countries. *Topics in Middle Eastern and African Economies*, 18(1), 126-144.
- Erkkilä, T., & Piironen, O. (2014). (De) politicizing good governance: the World Bank Institute, the OECD and the politics of governance indicators. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 27(4), 344-360.
- Fayissa, B., & Nsiah, C. (2013). The Impact of Governance on Economic Growth in Africa. *The Journal of Developing Areas*, 47, 91-108.
- Fundo Monetário Internacional (2017, abril). *World Economic Outlook: Gaining Momentum?* Recuperado em 8 dezembro, 2017, de <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2017/04/04/world-economic-outlook-april-2017>
- Fundo Monetário Internacional (2018, março). *The IMF and Good Governance. International Monetary Funds Factsheets*. Recuperado em 28 março, 2018, de <http://www.imf.org/about/factsheets/the-imf-and-good-governance?pdf=1>
- Gamlath, S. (2013). The governance dimension of human development. *Humanomics*, 29(4), 240-259.
- Hair, J., Black, W., Babin, B., Anderson, R., & Tatham, R. (2009). *Análise Multivariada de Dados* (6. ed.). Bookman Companhia Editora Ltda.
- Hausman, J. A. (1978) Specification tests in econometrics. *Econometrica*, 46(6), 1251-1271.
- Howe, B. (2012). Governance in the Interests of the Most Vulnerable. *Public Administration Development*, 32, 345-356.
- Ibrahim, M. (2007). The secretary-general's agenda: sustainable development in Africa requires good governance. *UN Chronicle*, 44(1), 24-25.
- Jordan, A. (2008). The governance of sustainable development: taking stock and looking forwards. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 26, 17-33.
- Julião, C. C., & Lima, J. E. (2016). Índice de Vulnerabilidade Social: uma aplicação de análise fatorial para classificar os municípios pernambucanos. *Anais Enaber*, Aracaju, Brasil, 14.
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Zoido, P. (1999). *Aggregating Governance Indicators*. World Bank Policy Research Working Paper No. 2195. Recuperado em 13 dezembro, 2017, de <http://info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/govind.pdf>



- Kaufmann, D., Kraay, A., & Zoido, P. (1999, agosto). *Governance Matters*. World Bank Policy Research Working Paper No. 2196. Recuperado em 13 dezembro, 2017, de <https://ssrn.com/abstract=188568>
- Kemp, R., Parto, S., & Gibson, R. B. (2005). Governance for sustainable development: moving from theory to practice. *International Journal of Sustainable Development*, 8(1/2), 12-30.
- Loureiro, A. O. F., & Costa, L. O. (2009). Uma Breve Discussão sobre os Modelos com Dados em Painel. *Notas Técnicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)*, 37.
- Nandha, M., & Smyth, R. (2013). *Quality of governance and human development*. Recuperado em 7 fevereiro, 2018, de <https://ssrn.com/abstract=2360898>
- Nogueira, C. A. G. (2017). *Direcionamentos estratégicos para o aumento da efetividade das políticas de combate à pobreza no Ceará*. Tese de doutorado, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE, Brasil.
- Nwosu, I. (2017). Good Governance and Sustainable Development in Nigeria: A Contextual Analysis. *Vilakshan: The XIMB Journal of Management*, 14(1), 119-128.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2017). *Corporate Governance Factbook 2017*. Recuperado em 28 janeiro, 2018, de <http://www.oecd.org/daf/ca/Corporate-Governance-Factbook.pdf>
- Ottervik, M. (2011). *'Good' Governance and Human Development: The Case of China and India*. Department of Police Science, University of Lund. Recuperado em 28 fevereiro, 2018, de <http://lup.lub.lu.se/student-papers/record/1968521>
- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. (2016). *Human Development Report 2016. Human Development for Everyone*. Recuperado em 13 outubro, 2017 de http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf
- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. (2017). *Human Developments Reports. Human Development Index (HDI)*. Recuperado em 25 novembro, 2017, de <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>
- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. (2018). *O que é HDI?* Recuperado em 25 janeiro, 2018, de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>
- Rende, S., & Donduran, M. (2013). Neighborhoods in Development: Human Development Index and Self-Organizing Maps. *Social Indicators Research*, 110(2), 721-773.
- Sen, A. (1988). *Handbook of Development Economics*. Harvard University, Boston: Elsevier Science Publishers B.V.
- Thomas, M. A. (2010). What Do the Worldwide Governance Indicators Measure? *The European Journal of Development Research*, 22(1), 31-54.
- Ukwandu, D., & Jarbandhan, D. (2016). Exploring the relationship between good governance and development in Sub-Saharan Africa. *African Journal of Public Affairs*, 9(4), 20-37.
- Wohlmuth, K. (1998) *Good Governance and Economic Development: New Foundations for Growth in Africa*. Bremen: Frank Messner.
- Work, R. (2002). Overview of Decentralization Worldwide: A Stepping Stone to Improved Governance and Human Development. United Nations Development Programme. *2nd International Conference on Decentralization Federalism: The Future of Decentralizing States?* Manila, Philippines.
- Yakut, E., Gunduz, M., & Demirci, A. (2015). Comparison of classification success of human development index by using ordered logistic regression analysis and artificial neural network methods. *Journal of Applied Quantitative Methods*, 10(3), 15-34.